



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE
DO ITAPECERICA – CIMVI**

**Processo Administrativo nº 07/2025
Inexigibilidade nº 01/2025**

OFÍCIO Nº 001/2025 – DPL

À

META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA

CNPJ nº 01.995.108/0001-24

A/C: Sra. Djully Steffany Ferreira

Assunto: Solicitação de saneamento documental – Habilitação.

Prezada Senhora,

Em atenção ao Processo Administrativo nº 07/2025, que trata do procedimento de Inexigibilidade nº 01/2025, cujo objeto consiste no Registro de Preços visando à prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada para levantamento e recuperação de créditos tributários dos municípios consorciados, informamos que foi realizada análise da documentação de habilitação apresentada.

Conforme Parecer de Habilitação exarado por esta unidade, foram identificadas pendências formais sanáveis, cuja regularização é indispensável para o prosseguimento do feito, nos termos do art. 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a realização de diligências destinadas ao saneamento de falhas que não alterem a substância da proposta.

Dessa forma, solicitamos a V.Sa. a apresentação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento deste ofício, dos seguintes documentos:

1. HABILITAÇÃO FISCAL – DOCUMENTAÇÃO FALTANTE OU INVÁLIDA

- a)** Certidão de Regularidade da Fazenda Nacional (RFB/PGFN) – não apresentada com a proposta inicial;
- b)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF/CEF, válido;
- c)** Certidão de Regularidade Municipal, atualizada e dentro do prazo de validade.

2. HABILITAÇÃO TÉCNICA – DOCUMENTAÇÃO FALTANTE

d) Declaração prevista nos itens 9.24 e 9.24.1 do Termo de Referência, referente ao pleno conhecimento das condições, peculiaridades e requisitos necessários ao cumprimento do objeto contratual, podendo ser:

- a) declaração simples da empresa; ou
- b) declaração assinada pelo responsável técnico.

Esclarecemos que a não apresentação dos documentos acima elencados no prazo estipulado implicará, obrigatoriamente, na inabilitação da proponente, conforme previsão legal e orientação expressa do Parecer de Habilitação.

A documentação poderá ser enviada pelo endereço eletrônico oficial do Consórcio, sendo ele consorciocimmvi@gmail.com.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Divinópolis/MG, 27 de novembro de 2025.

Ruan Brandão Raposo Simões
Chefe do Depto. de Licitações